

Estado autofágico

Economic -
Brasil

12 JUL 1989

EDWALDO ALMADA DE ABREU

O GLOBO

Medidas econômicas que produzem efeitos apenas a curto prazo estão levando o Estado, no sentido lato — União, Estados e Municípios —, a um processo autofágico.

Nenhum plano, por mais mirabolante que seja, consegue sobreviver e enfrentar as procelas econômicas sem a meta de fortalecimento da sociedade, das empresas industriais, das empresas comerciais e, em decorrência, do Estado. A inversão dessa ordem poderia ser identificada como autofagia do Estado.

Analisemos a recente e vertiginosa alta de juros. Seus impactos não foram repassados à sociedade por meio de salários. Nem as empresas, através da devida correção de preços. Tampouco ao Estado, em forma de aumento de arrecadação. Consequência: o "buraco" do déficit público aumentou assustadoramente.

Vale a pena detalhar esses efeitos:

O Estado ocupa o primeiro lugar como tomador de dinheiro no mercado. Por isso, puxa as taxas a níveis tão elevados que, de roldão, empurra as empresas à bancarrota. Para comprovar essa tese, basta levantar o número de concordatas e falências requeridas nos últimos dias.

Na qualidade de controlador de preços, o Estado não permite às empresas o repasse imediato dos aumentos de custo de matérias-primas, mão-de-obra, materiais e encargos financeiros para os preços de venda. Induz o empresário a não investir na produção. Conduz todos à pressão futura da demanda e à obsolescência do parque industrial. Obriga-se, assim mesmo, a desviar-se da finalidade principal, para investir e suprir necessidades básicas, como, por exemplo, siderurgia.

Em decorrência, o Estado deixa de arrecadar sobre preços reais. Reduz a receita tributária. Busca mais empréstimos para rolar a dívida.

As estruturas pesadas, com reflexo na competência e o lento ritmo decisório das empresas estatais, também não conseguem reajustar os preços a tempo e níveis necessários para se

automanterem. Recorrem ao Tesouro. Tomam empréstimos diretamente no mercado financeiro. Concorrem com o próprio Estado e contribuem para o processo autofágico, o famoso déficit público.

Tanto Estado quanto muitos empresários não se conscientizam que o aumento de uma unidade monetária no custo de um produto implica no necessário repasse imediato de duas, três, até quatro ou mais unidades no preço de venda, para apenas manter o *status quo*. A causa desta progressão reside nos prazos de estocagem da matéria-prima, dos materiais, do produto em fabricação, do produto acabado e de venda; nas taxas de juros e tributos elevados. Por isso, empresas com 30, 40, 50 anos de experiência decaem de lucrativas para deficitárias. Normalmente, levam tempo para diagnosticar o fulcro do problema. Quantas descobrem tarde demais!

Como o Estado procura compensar suas necessidades imediatas de caixa?

Com o arrocho tributário e a captação no mercado. Com o arrocho tributário, afasta as empresas mais "aventureiras" do erário, através da prática da sonegação.

A captação de recursos no mercado financeiro, em volumes elevados, desequilibra a oferta e procura e dispara as taxas de juros.

Parte das empresas não agüentam o ritmo e fecham as portas. Portanto, o aumento de tributos nem sempre representa aumento de receitas se não momentâneo.

A imprensa nacional divulgou recentemente que a prática da economia invisível no Brasil chega a 50%. Donde se conclui: a outra metade paga para si e para os sonegadores. Por isso, verificamos que, normalmente, a carga tributária sobre uma unidade é algumas vezes o seu lucro líquido. Os 50% de empresas, que não pagam tributos, enriquecem-se ilicitamente em progressão geométrica. Quem sustenta o Estado, penalizado pela licitude, cresce em progressão aritmética ou decresce geometricamente.

Como romper este círculo?

Acreditamos estar na hora de o Brasil experimentar o modelo de decréscimo de tributos e, em compensação proporcional, incrementar os preços relativos e salários. O Estado arrecadaria, no mínimo, o mesmo valor e fortaleceria as empresas e a sociedade. Em segundo estágio, após o bom exemplo estatal, as teses governamentais, promovidas em campanha nacional, receberiam adesão popular. Com uma fiscalização racional e eficiente, arrecadaria muito mais do que com simples aumento de alíquotas. Para tanto, ter-se-ia de propor o fim das anistias fiscais benevolentes. Elas induzem os pseudoempresários a correrem o risco mínimo da fuga do pagamento temporitivo dos tributos.

Em pronunciamento, o tributarista Dr. Ives Gandra afirmou categoricamente que o povo brasileiro paga os maiores impostos do Mundo. Impostos elevados sobre as atividades empresariais e o trabalho intelectual constituem, sem dúvida, o maior desestímulo ao desenvolvimento e a mola propulsora da clandestinidade.

Do ponto de vista político, os brasileiros anseiam por medidas que aumentem os recursos do Estado via crescimento da economia, da participação de todos no processo e não só de quem trabalha dignamente para sustentar suas famílias e empresas.

Não importa se passarmos por adaptações e até inflação elevada. Importa, sim, a certeza da luz no fim do túnel.

Chega de tributos e juros elevados; política de preços e salários relativamente decrescentes, os reais inimigos do Governo, dos empresários e do povo.

Temos que encarar e viabilizar um modelo que nos dê, no presente, garantias de investimentos pelo setor privado.

Precisamos de estabilidade sócio-econômica para progredir e viver em paz.

Edwaldo Almada de Abreu é Diretor Vice-Presidente Executivo da Indústria de Calcificação S.A. de Minas Gerais.